



Pesquisa, Teoria e Metodologia

Etnografia da crackolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano

Ethnography of Crackland: notes about a research in urban territory

Rubens Camargo Ferreira Adorno¹

Taniele Rui²

Selma Lima da Silva³

Paulo Artur Malvasi⁴

Maria da Penha Vasconcellos⁵

Bruno Ramos Gomes⁶

Tiago Calil Godoi⁷

¹Professor Associado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP – Brasil

²Doutora em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP – Brasil

³Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP – Brasil

⁴Professor, Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, SP – Brasil

⁵Professor Associado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP – Brasil

⁶Mestre, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP – Brasil

⁷Mestrando, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP – Brasil

RESUMO - O artigo apresenta a pesquisa realizada na crackolândia, São Paulo, entre 2011 e 2012, destacando a importância da etnografia para a pesquisa sobre usos e consumos de drogas, especificamente do crack e aponta para a necessidade de discutir e articular etnografias e aporte metodológico para os estudos sobre drogas e populações vulneráveis, visando a formulação de um amplo campo compreensivo e crítico à saúde pública, a partir de questões sociais como temáticas urbanas, territoriais, expressão das cidades globais contemporâneas e suas intrincadas relações entre o Estado e suas margens, o legal e o ilegal.

Palavras-chave: Etnografia; Crackolândia; Estado; Margens Sociais.

ABSTRACT - Based upon the results of a research carried out in 'crackolândia', in São Paulo, between 2011 and 2012, the importance of ethnography for researching drug use, specifically crack cocaine, is analyzed. The need of a broader articulation of ethnography and methodological inputs in studies on drug abuse and vulnerable populations is emphasized, in order of create a critical thought in public health field, able to deal with contemporary issues, such as urban themes, territories, contemporary global cities and its intricate relations with the State and its borders, the legal and the illegal.

Keywords: Ethnography; Crackolândia; State; Social borders.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo se baseia em fontes colhidas durante a pesquisa: "Usuários de crack e espaços de uso: agenciamentos e relações de trocas em territórios urbanos" financiada pelo CNPq e realizada na região que ficou conhecida como crackolândia, zona central da cidade de São Paulo, durante o período de maio de 2011 a junho de 2012.

Essa pesquisa teve como uma de suas especificidades, entre outras, refletir e apresentar a potencialidade da *etnografia para pesquisas na área da saúde pública no contexto de territórios urbanos nos quais se encontravam tramas de agenciamentos*

legais e ilegais, presidindo o consumo e venda do crack como uma mercadoria que passou ali a adquirir uma

Autor correspondente

Rubens Camargo Ferreira Adorno

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

AV. DR. Arnaldo nº 715, Cerqueira César.

Sao Paulo, SP – Brasil.

CEP: 01246-904.

Artigo encaminhado: 22/04/2013

Aceito para publicação: 12/05/2013

ampla significação.

O contexto etnográfico significa, além do recurso à observação participante e da manutenção de um diário de campo (técnicas de pesquisa), a reflexão acerca de uma abordagem que enfatiza a intersubjetividade e a reflexividade da relação entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa. Neste estudo em particular, o caráter etnográfico objetivou considerar os sujeitos que se encontravam em tal espaço, a despeito de pre-concepções e de pré-classificações sintomáticas, sejam elas clínicas, psíquicas ou morais.

A opção pelo uso da etnografia se justifica porque entendemos que quando uma pesquisa toma o uso de uma droga como o crack como “um problema de intervenção da área da saúde”, ela já demarca uma posição de crivo sanitário ideológico de caráter parcializado e reducionista, cujo resultado é a reprodução do dualismo moral que permeia o debate atual sobre as drogas ilícitas. Isto é, uma polarização colocada em termos de “bem” e “mal”, que divide as “drogas” em proscritas e prescritas num processo cuja consequência tem sido a repressão aos usuários de drogas, em simultâneo ao estímulo do uso das drogas medicamente prescritas¹.

Nesse sentido, a temática do consumo de drogas representa um desafio à Saúde Pública, posto que traz complexidade a afirmações apressadas.

Num primeiro plano, destaca-se que a grande maioria das pessoas que fazem uso de uma droga – legal ou ilegal – o fazem em um contexto de diversidade de usos e não estabelecem relações de problemas com esse uso^{2, 3, 4, 5}. Além disso, desde há muito, estudos clássicos das ciências sociais e de suas interfaces^{6, 7, 8, 9, 10, 11, 12} tematizam questões como o aprendizado de uso, o uso controlado e a relação do uso com o contexto dos usuários, problematizando a relação direta e mecânica entre uso de drogas e violência. São tais estudos (e seus desdobramentos) que permitem questionar empírica e analiticamente discursos que situam o uso de drogas ilícitas como fatos “fora” da sociedade.

Assim, para além de um dissenso existente dentro das próprias instituições que hegemonicamente tomam o uso de droga como um problema, os resultados de campo mostram que estamos lidando com questões muito mais complexas como acusação, exclusão e encarceramento de uma parte da população de cidadãos e cidadãs brasileiras, a opressão de uma parcela significativa de jovens e adultos jovens brasileiros que passam a ser destituídos

de direitos e pensados como seres que devam ser retirados da visibilidade das ruas e trancados em instituições. Mas, além disso, a etnografia por nós realizada mostra estratégias e táticas de defesa, bem como resistência a essa contenção.

Portanto, afirmamos que temos de partida a ideia de que o campo da saúde pública no contexto contemporâneo deve ser entendido à luz de uma construção histórica, nos quais os “problemas” passam a ser localizados e construídos publicamente a partir da ação de atores sociais diversos e de sua relação com o contexto de produção dos temas da saúde¹³. Ou seja, que a saúde pública é, por excelência, um campo político.

Com tais pressupostos, o texto que segue apresenta, primeiro, o modo como a pesquisa de campo foi construída seguida de mais detalhes etnográficos sobre a região e depois adentra na questão mais central em torno da implicação do uso da etnografia como método de estudo para um território disposto “à margem”, que vem sendo concebido e experienciado ao mesmo tempo como alvo de intervenção estatal, mas também de resistência e marcação de processos identificatórios e territoriais pelos que ali estão

Assim, ao apresentar alguns resultados da pesquisa, frutos de muitas idas ao local, notaremos que o intrincado cotidiano dessa região central acaba por borrar a própria questão da centralidade do uso de droga e, sobretudo, o modo como tal uso tem sido apresentado pela mídia, pelo estado e mesmo por instituições como justiça, medicina e igreja.

2. A PESQUISA DE CAMPO

Durante o período da pesquisa (maio de 2011 a junho de 2012) foram realizadas cerca de uma centena de visitas de campo, considerando o espaço geográfico da cracolândia a partir das regiões de concentração de consumidores de crack, ramificadas desde seu epicentro, entre a Rua Helvetia e a Alameda Dino Bueno, bem como a extensão e concentração de uso em torno da Rua dos Gusmões, Rua Apa e baixos do viaduto do Minhocão. Também foram visitadas as instituições atuantes nessa área que do ponto de vista “técnico” se diziam voltadas a essa população específica. Nesse sentido, nosso “lôcus” privilegiado de visita a campo poderia ser definido por aquilo que Magnani¹⁴ chamou de “mancha”, isto é, certa área contígua do espaço urbano, dotada de equipamentos e atores que marcam seus limites e viabilizam - cada qual com sua especificidade – uma atividade ou

prática predominante (no caso, o consumo de crack e a atenção a ele).

O Horário da observação de campo variou entre as 7:00 e as 23:00 horas, não tendo sido realizado campo no período da madrugada, entre meia-noite e seis horas da manhã, mas se coletou narrativas em relação aos acontecimentos deste horário. No geral, as visitas a campo eram feitas em dupla ou grupo de mais pesquisadores – três, quatro ou cinco. Quando o número era superior a dois pesquisadores a regra era se dividir no campo em duplas. Com frequência, permanecíamos durante um período mínimo de três horas, que chegavam, por vezes, a se estender até seis ou sete horas.

Em termos de frequentadores desse espaço podemos apontar preliminarmente, uma parcela da chamada “população em situação de rua”, também misturando-se a ela uma parcela de usuários que se identificavam como “trabalhadores com materiais descartáveis”. Outros contaram suas histórias destacando serem egressos do sistema prisional, tendo sido presos, em geral, acusados de realizar tráfico de drogas – pequeno tráfico e diversos delitos por eles narrados, inclusive homicídios. Uma parte grande que se definia como usuário, adicto, e entre esses se distinguiam como consumidores eventuais ou consumidores permanentes.

Essas categorizações são feitas pelas instituições e reconhecidas ou não pelos atores sociais. É possível notar, a partir dessas classificações, uma delimitação de identidades e espaços e, algumas vezes, distintos modos de uso da droga. Pode-se observar, assim, que a cracolândia se tornou, nos últimos anos, um espaço de lazer de grande parte do circuito das populações em situação de rua, de egressos do sistema penitenciário e, como espaço de trocas desses atores, também se tornou um local de compra e venda de crack. Diversos grupos passaram a frequentar a cracolândia, não apenas para comprar drogas, mas também como a incorporação do estilo de vida, associado ao uso daquela droga.

Desse modo, ao longo das idas, o espaço dessa mancha urbana nos foi aparecendo como um local em que ocorria um intenso sistema de trocas. Trocas de objetos, alimentos, bebidas, drogas e também de afetividades, sexualidades, emoções. Esse território de trocas se enraizava nos circuitos de rua e de fluxos com as periferias da cidade e com a antiga ocupação da região, tradicionalmente parte da região do baixo meretrício da cidade de São Paulo, um espaço de intersecção das estações de trens e ônibus (em razão

de ali ser o local da antiga rodoviária da cidade de São Paulo), bem como pelo comércio vinculado a empresas de transportes – legais e clandestinos – para os Estados do Maranhão e Piauí e para o Paraguai. Assim, entendemos esse espaço no quadro dos chamados “ilegalismos urbanos”¹⁵, que, por sua vez, repõe em termos locais aspectos das chamadas “cidades globais”, compartilhando com essas os diversos mecanismos e agenciamentos entre o Estado e os mercados paralelos.

Para entender tal cenário, o uso da etnografia foi o elemento central da pesquisa realizada, buscando situar os consumidores do crack em espaço público como sujeitos centrais que falam de si, de sua história, do contexto a partir do qual se localizam, no qual vem sendo focalizados essencialmente como usuários de uma droga, foi o elemento central da pesquisa realizada. Para tanto buscamos pelo menos duas vias distintas de entrada no campo, junto com uma Organização Não Governamental o “É de Lei”, como ocorreu também com outras etnografias realizadas em São Paulo^{16, 17, 18}, e também se identificando como “pesquisadores da universidade”.

Foi a partir dessa “reflexividade” que passamos a estabelecer vínculos mais permanentes em tal espaço e circular dentro dele. Usamos o termo “reflexividade” no sentido a ele atribuído por Claudia Fonseca¹⁹, ao discutir aspectos das etnografias contemporâneas. A antropóloga ressalta questões éticas como o tema do anonimato/não anonimato, no seu desdobramento com as relações entre os pesquisadores e os sujeitos em campo, ressaltando que a questão ética está muita mais desvelada pela forma de apresenta-los e situá-los do que simplesmente usar do anonimato para não expor os sujeitos.

Destacamos também de Macrae & Vidal²⁰, a distinção clara que fazem em relação ao tema da ética em pesquisas etnográficas e as pesquisas no campo da saúde. Eles fazem a crítica do uso dos instrumentos de consentimento informado, que supostamente protegeriam mais as instituições do que os sujeitos envolvidos. Por coerência e fidedignidade a nossos princípios, aos princípios da pesquisa antropológica e ao código de Ética da ABA, também não o usamos aqui.

Visando respeito à privacidade, optamos por dar nomes aos nossos interlocutores, nomes que apareceram no campo, mas que aparecem trocados. Nesse sentido, realizamos nossa mediação etnográfica e reflexiva em relação aos nossos sujeitos e desfocamos o texto de suas identidades reais, muitas

delas já conhecidas da imprensa, de outros estudos acadêmicos, ou dos nomes mais “famosos” do pedaço, que também se apresentaram como mediadores em relação à massa de indivíduos da cracolândia. Mediadores na mesma dimensão da bricolagem que realizam no dia a dia, pois a vida na cracolândia pode ser comparada a uma eterna bricolagem com o corpo, com os objetos de troca, com o crack e com as relações externas. Relações que dizem respeito desde a polícia até aos redutores/pesquisadores que se tornam mais próximos, mais íntimos e que compartilham momentos desse cotidiano em eterna construção. Construção, aliás, talvez de um ritmo muito mais avassalador do que as casas de autoconstrução das periferias, pois, na cracolândia, as barracas, os bares improvisados, as tendas de venda de produtos da rua, os pequenos nichos e seus arranjos diários eram cotidianamente destruídos pela polícia, pelos agentes da prefeitura e do estado, e reconstruídos a cada dia, talvez como as próprias experiências de uso e de continuidade do uso, ou dos momentos de não uso, um cotidiano em eterna reconstrução.

Nesse aspecto, passamos a registrar as falas dos sujeitos que situavam não apenas o estigma de pertencer àquele espaço, mas fundamentalmente de serem reconhecidos apenas pelo uso, em contraste com uma diversidade existente naquele território. Tomando em conta esse aspecto é que vimos procurando desenvolver uma escrita, que visa apresentá-los e nos apresentar no campo em uma dimensão que busque superar esse lugar que vem institucionalizando os sujeitos: como os degradados pelo uso do crack que frequentam um lugar já publicamente representado como o lugar dos “zombies”, daqueles que perderam a “humanidade” porque usam uma droga e se vestem de forma maltrapilha, ou como define Rui¹⁸ a partir da ideia de corpos abjetos.

A perspectiva etnográfica possibilitou também situar o uso de uma droga no campo das práticas simbólicas, como anteriormente já destacado no Brasil por autores como Edward Macrae²¹ e Gilberto Velho², isto é buscando compreender as significações que se fazem em torno desse uso. Nesse sentido frisamos que essa investigação tem perspectivas diferentes das pesquisas no campo médico ou que tomam seus usuários como “clientes”, “pacientes” mesmo “investigados” pelo campo da saúde.

A partir desse enfoque foi possível propor, discutir e problematizar a prática da pesquisa de campo, o

envolvimento com as pessoas de carne e osso, o lugar em que elas mesmas se colocavam como atores em seu terreno. Estar nesse terreno implica também adquirir e desenvolver aspectos de uma temporalidade específica, marcada pelo uso de crack e pelas formas de obtê-lo. As narrativas eram sempre entrecortadas pelas ações que os sujeitos desenvolviam no largo esquema de trocas entre aquele espaço e outros espaços onde se “garimpam” recursos, objetos recicláveis, algum dinheiro, etc., estavam sempre “em trânsito” saindo de algum lugar ou de um momento de uso e indo a outro empreender alguma atividade, como montar um pequeno “bar” no meio da rua, consertar algum objeto encontrado, reciclar alguma peça. As dezenas de idas a campo estabeleceu vínculos com muitos personagens presentes ali no espaço, e muitas das histórias eram retomadas em outros dias a medida em que se cruzavam com os sujeitos.

Outro aspecto que condiciona essa temporalidade refere-se aqui tanto a uma temporalidade de uso, como a uma territorialidade urbana que é a todo o momento, ocupada e desocupada, empreendida e destruída pela ação da polícia e dos funcionários do Estado, particularmente os da remoção e limpeza urbana. Além desses, outros agentes sociais e da saúde passam a interpelar diariamente os usuários em seu campo, agindo por “representação” das políticas do estado e do município que ali marcam seu território de atuação a partir de agentes que muito pouco têm a oferecer aos usuários a não ser a ideia abstrata de sair dali e propor tratamento. É também característico desse espaço a intensa mobilidade, com pessoas chegando e saindo a todo tempo, mas também com a existência de pessoas que por ali vivem, nos prédios ou na rua há muitos anos.

Idas e vindas, trocas, buscas, negociações, empreendimentos se criam em torno do uso de crack, que é por sua vez entrecortado de “mediações”, entre eles a própria ideia de que é preciso “batalhar” para manter o uso, há um investimento, um trabalho, e essa categoria é uma entre outras que hierarquiza os frequentadores entre “nóias” e não “nóias”. Usar e ao mesmo tempo vender pedras é uma entre alternativas de sustentar o próprio uso. A pulverização de vendedores e usuários é uma característica que distingue a “cracolândia” na região central de São Paulo de outros cenários de uso que foram se destacando em várias cidades brasileiras, onde há uma nítida fronteira entre uma estrutura organizada e defensiva das atividades do tráfico de drogas e os usuários.

Muito em função disso e como forma de compreender o espaço deve-se apontar que suas imediações eram ocupadas por cortiços, pensões, invasões organizadas e não organizadas, bem como hotéis de baixo valor e albergues mantidos por instituições conveniadas com o poder público. Em termos de construção- destaque no “pedaço”¹⁴ encontra-se o Colégio Coração de Jesus, obra imponente, cuja torre possui a imagem de um cristo com braços abertos justamente em direção à concentração de usuários.

Deve-se registrar também a conexão e uma das poucas favelas existentes em área central da cidade, trata-se da Favela do Moinho, que ocupa terrenos à margem da densa rede ferroviária do local e que recebe esse nome em função de ocupar parte de um antigo moinho de trigo existente à margem da ferrovia. Juntamente à favela há presença de antigos galpões de depósito e de indústrias dispostos ao lado dos trilhos de trem. Essa favela sofreu um incêndio durante o campo da pesquisa, assim como correu com muitas favelas mais centrais na cidade de São Paulo. E, sabemos, nada queima por acaso nas favelas de São Paulo.

Um destaque deve ser dado à presença visível de um agrupamento “LGBTT” no interior da cracolândia, uma aglomeração de barracas de “travestis” e “transexuais” e a presença de mulheres jovens que se identificavam como avessas a relações afetivas e sexuais com homens, reconhecendo suas relações afetivo-sexuais com outras mulheres. Em vários momentos isso era referido como na entrada de um hotel em que paramos um dia, uma dupla de dois homens, para saber o preço de diária de um quarto e nos responderam: “a diária é 60 reais, mas por 40 pode-se ficar algumas horas e aqui “somos democráticos pode ser homem com homem, mulher com mulher ou homem e mulher, a cracolândia é lugar de liberdade, não temos preconceito”. Outro aspecto importante a destacar é a característica de um espaço de intensa mobilidade, com pessoas chegando e saindo a todo tempo, mas também com a existência de pessoas que por ali vivem, nos prédios ou na rua há muitos anos.

Dessa forma realizamos uma primeira investida de análise sobre as relações entre pesquisadores e sujeitos no campo, destacando a relação reflexiva entre tal espaço e outras territorialidades urbanas, na medida em que como “agentes externos” acabávamos por, no confronto intersubjetivo do campo, provocamos a todo momento um confronto, na

medida em que frequentemente se supõe a divisão entre os que usam crack em cena pública, sentidos como o avesso da sociedade ou das normatividades contemporâneas, o que é precisamente o abjeto¹⁸, e os “outros”, que passam a evocar a pressão da sociedade do entorno, pressão que se dá tanto na lembrança, na justificativa para estar ali, assim como nas mediações; com destaque para o fato de que a grande parte do olhar externo está ali para sublinhar um grande disparate ou enfocar higiene, abstinência e recriminação dos sujeitos. Portanto, são alvos de um assédio moral na medida em que se vêem continuamente vítimas de uma categoria de acusação que assim os identifica através do olhar dos técnicos e da mídia para o restante da sociedade.

Um importante elemento constituinte da experiência das pessoas nesse território que nos foi constantemente narrado foi a experiência de vida, marcada por sucessivas “perdas”²³; econômicas, morais, emocionais. Ou a experiência de uma vida na “quebrada”²⁴, palavra que significa sempre o seu lugar de origem e de moradia e que identifica uma situação de vida que é sempre recomeçada, quando se perde moradia, empregos/ocupações temporárias, se metem em problemas com a polícia e a justiça, perdem familiares e outros vínculos afetivos, e necessita-se sempre recomeçar a cada instante a partir dessa pressão da macro-estrutura social e dos serviços, que antes de apoio transformam-se, em geral, em agentes de acusação que acionam sempre a categoria de diagnóstico de “desestrutura familiar”²⁵.

Ao analisar as narrativas, essas trazem um contraste entre as falas dos homens e das mulheres ali presentes. Enquanto os homens ao narrar suas histórias e trajetórias sempre destacavam estar ali por uma “opção” de vida, aludindo a supostas casas e propriedades que tinham deixado para trás, mas que poderiam ser retomadas, contavam sempre vantagens em suas histórias com mulheres. As mulheres enfatizavam mais a existência de sucessivos fracassos, perdas de laços, relacionamentos, contaminações por Hiv/Aids, separação da família, dos filhos, ou então investiam-se de um caráter “masculinizado” e afirmavam não ter atrações por homens e estar ali como negociantes, a vender pedras de crack.

3. CRACOLÂNDIA E AS MARGENS DO ESTADO

Nessa pesquisa também levamos em conta a inspiração teórica que nos deu a proposição de Veena Das e Deborah Poole²⁶ acerca de uma etnografia do Estado incrustada em práticas, lugares e linguagens consideradas às margens das normatividades

contemporâneas. Com isso, trata-se de compreender as margens e as práticas aí ensejadas como lugares úteis, não para capturar “práticas exóticas”, mas para refletir acerca das técnicas políticas de regulação e disciplina que constituem o que chamamos Estado. Postulando que as formas de ilegalidade e desordem (supostamente próprias às margens) constituem as condições necessárias para o Estado como objeto teórico e político, as autoras têm o deliberado intuito de mover, em termos metodológicos e epistemológicos, o ponto de partida desde onde se compreende o Estado. Deriva desta perspectiva que dilemas filosóficos do direito, do Estado, da soberania (definida em termos de poder sobre a vida e a morte) e mesmo da democracia, podem ser colocados como problemas etnográficos.

Ainda que de forma sucinta, é relevante indicar que Das & Poole²⁶ trabalham com, pelo menos, três definições de margem: 1) margem como periferia (onde estão as pessoas que se consideram insuficientemente socializadas nos marcos da lei; e a etnografia aí compreende descrever as tecnologias específicas do poder através das quais o Estado regula e pacifica essas populações). 2) margem como legibilidade e ilegitimidade (o princípio é o de que a maior parte do Estado é constituída a partir de práticas de escrita e que é pela escrita que o direito é constantemente negado e disputado— por ex, ao produzir documentos; nesse sentido, a etnografia observa que o Estado é constantemente experimentado e desconstruído mediante a ilegitimidade de suas próprias práticas, documentos e palavras); 3) margens como o espaço entre os corpos, a lei e a disciplina (o poder soberano exercido pelo Estado nos territórios se estende também para os corpos; questionando a própria viabilidade da vida; é, assim, nas margens, que também se constroem as categorias do patológico). Para as autoras, a questão é como esses diferentes sentidos de margens são remodelados à luz dos contextos etnográficos e, uma vez que não são inertes, também rearticulam o pensamento da teoria política recente sobre Estado, biopolítica e tanato política.

A cracolândia pode ser pensada como um espaço marcado pela sociabilidade direta de pessoas que se identificam com o território (uma localidade, mas também um território simbólico e existencial) e, também, pela variada e multifacetada interação dos frequentadores da cracolândia com diferentes agentes institucionais, apontando para modos de gestão do estado pelas margens²⁶. Consideramos a perspectiva dos frequentadores da cracolândia como um caminho

privilegiado para a compreensão das políticas de combate ao crack.

Seguimos a perspectiva de Das e Poole²⁶, ao tomar as margens como elos que constituem as condições necessárias para se pensar etnograficamente o Estado como objeto teórico e político. Ao tomar as ações das políticas de atenção, assistência e repressão executadas na cracolândia, não retratamos apenas dinâmicas territoriais específicas, nem segmentos populacionais considerados excluídos. Procuramos antes mapear sítios de práticas em que mecanismos de poder e alteridade são acionados²⁶. observar as ações governamentais como processos que tomam forma e fragilizam, modelam e são modelados, se fazem evidentes, se ocultam ou naturalizam, são vividos, corporificados, resistidos e simbolizados pelo conjunto social para a qual se destinam; explorar os territórios considerados vulneráveis é ingressar ali onde as “patologias do poder” e as “perversões da economia”²⁷ produzem seus labirintos mais intrincados.

A equipe de pesquisa do projeto possui uma inserção combinada de atuação profissional na área das políticas de drogas (como pesquisadores, membros de ONGS, assessores etc) e a relação direta com os usuários no espaço da cracolândia. Tal modelo de inserção permite o reconhecimento tanto dos intensos impulsos integrativos e racionalizadores do estado e da economia quanto as dispersões do sujeito – pessoa ou grupo – nos fragmentos múltiplos e sobrepostos da vida cotidiana. Em pesquisas etnográficas assim construídas, o conceito de totalidade dá lugar às ideias de fragmentos, fraturas, feridas, lacunas e abismos da vida cotidiana, em meio ao poder que se exerce sobre os sujeitos no processo mesmo de viver²⁶. Trata-se, em suma, de negar o conceito convencional de totalidade, para dar lugar a fragmentos que se arranjam e reordenam textualmente pelo projeto do etnógrafo^{26,28}. Discutiremos nas próximas páginas algumas interpretações que fizemos a partir da sistematização dos dados colhidos em pesquisa de campo.

4. CONTROLE DA VIOLÊNCIA E APRENDIZADO DE USO

O fenômeno do que chamamos pacificação é um dos temas que pode ser observado através de nossa inserção no campo, o que nos colocou de frente com as formas pelas quais as pessoas se relacionavam entre si, e a maneira como se comportavam com os que circulavam e moravam pela região e não estavam ali nem para comprar nem usar o crack. Desavenças ou conflitos recebiam interferência de alguns sujeitos que

não apenas se apresentavam aos pesquisadores como “interlocutores” daquele pedaço e não raro utilizavam a linguagem própria do sistema carcerário, como “faxina” e especificamente “sintonia”; que segundo etnografias que estudaram a facção denominada “Primeiro Comando da Capital” (PCC), são termos utilizados por essa organização²⁹.

A presença do PCC não nos foi explicitamente reportada durante o campo, mas várias vezes referido como um dos mecanismos de controle existentes na região, e que de certa maneira se exercia como um plano de “pacificação” Aspecto importante para uma “pacificação” e uma mudança no perfil de uso do crack, ou um uso contínuo, que passava a não interferir nas relações que os sujeitos tinham conosco ou com os outros, por que continuavam falando, contando suas histórias e seguindo um raciocínio; diz respeito a ampla circulação da pedra de crack como uma mercadoria, e também como uma moeda de troca, a sua circulação constante quebra a ansiedade que antes, há mais de uma década era visível nos usuários, que faziam “correrias” para conseguir uma nova pedra. Observamos muito mais a existência de um amplo mercado de trocas de tudo que poderia ser recolhido nas ruas, e de carrinhos de vendas de sucos, comidas, roupas, cigarros, água, e obviamente de pedras de crack; do que a chamada “correria” para conseguir obter o crack.

Outros comportamentos eram a manutenção de certa “etiqueta” que se diferenciava entre uma regra “moral”: camuflar o cachimbo e não fumar crack na presença de “famílias” isto é casais ou adultos acompanhados de crianças; o que era anunciado com um aviso “Olha a família”, “Olha o anjo”, repassado boca a boca pela espaço em que a “família” passava. A “etiqueta” social era aplicada em relação aos atores externos que ali entravam para abordá-los: agentes de saúde, agentes sociais, jornalistas e nós mesmos os pesquisadores, isso significava pedir licença para fumar durante a conversa e não soltar fumaça na cara das pessoas.

Em outro sentido, até certo ponto dentro do limite de estar em um espaço que não oferecia nenhum serviço sanitário – banheiros, banhos, locais para lavarem seus pertences e roupas, havia uma preocupação com tentar melhorar a aparência: homens faziam a barba na própria rua, cortavam o cabelo e, no geral, sempre buscavam usar algum adereço novo e mostravam seu visual.

A busca da alimentação é outra idéia e estratégia de controle do uso, há a noção de que comer diminui a

vontade de usar a próxima pedra, além disso, a idéia da manutenção da saúde através da alimentação é recorrente nas estratégias de tratar o corpo e o próprio uso de drogas, como também identificou Epele³⁰ em bairros periféricos de Buenos Aires, nas ações que mães de usuários de pasta base de cocaína desenvolviam como forma de cuidar dos filhos.

Uma noção geral era a de que o descontrole do uso comprometia a aparência e a saúde.. Nesse aspecto, ao narrar as suas próprias experiências, há entre os frequentadores a idéia de que o uso do crack aumenta a sensação de exclusão que sentem na própria pele. Seria então um prejuízo a mais em suas vidas. Porém afirmam inúmeros motivos para a continuidade do uso e variados e diferentes modos em se lidar com o crack e desenvolver táticas de controle dos malefícios. Lembavam também as inúmeras tentativas fracassadas de interrupção de uso, o que aponta para uma relação com falhas e excessos das políticas sociais e de saúde, que se filiam a idéia da “abstinência” como saída única para a situação de usuário,

Observamos ainda que quando surgem propostas com o selo “largar o uso”, o discurso da redução de danos fica mais borrado ou menos inteligível, pois o tom de todas as campanhas é o “tratamento” para parar de usar desconsiderando, inclusive, falas importantes desses usuários, entre elas, a de que “o crack serve para tratar os amargos da alma” ou a de que “já me afastei de pessoas por causa da pedra, assim como já me afastei da pedra por causa de pessoas”. A nosso ver, tais narrativas, de um lado, reproduzem emoções e sentimentos ou a “fala pronta” que tenta reproduzir o conhecimento especializado e o consenso moral. De outro lado, indicam uma sabedoria e uma complexidade adquirida ao longo da experiência com a droga: o uso também trata a amargura e a relação entre uso e perdas é de, ao menos, dupla direção.

Ao contrário dos que falam contra a efetividade das políticas de redução de danos, notamos haver a assimilação de suas noções. Isso se manifesta em reflexões sobre como usar e como melhor obter resultado do uso ; em fala sobre os utensílios: o uso por exemplo de um cachimbo de vidro para eliminar a toxicidade do alumínio, material de que são feitos os cachimbos; e em conversas utilizar outros produtos, como ervas medicinais para misturar à pedra e assim evitar a cinza de cigarro que é utilizada.

Como se confrontados com o discurso geral dos malefícios do uso, desenvolvem uma tentativa de equilíbrio entre controle e descontrole, uso adequado

e não adequado, assim dor e prazer são traduzidos como um cálculo entre o ato de consumir e a atenção no momento necessário de: “puxar o freio de mão”; “não ficar só em função da pedra”; “por um limite”; “respirar”; “não se entregar”.

5. DROGAS, CONTEXTOS SOCIAIS E ECONOMIAS MORAIS

A guisa de conclusão, apontamos que o uso de um produto como o crack, se insere como alternativa contemporânea do mercado das drogas de grande adaptabilidade a um mercado com vendedores/consumidores pulverizados e com potencial de redução de custo final em função de sua expansão em escala. Além disso, ele possibilita alternativa de riscos mais reduzidos em relação à droga injetável vem responder a uma lógica de tornar visíveis como consumidores uma parcela da população segregada e marginalizada institucionalmente, seja por seu pertencimento aos circuitos de trânsito e moradia nas ruas³¹; seja pela sua condição de trabalhar nas franjas entre os legalismos e os ilegalismos urbanos^{15,32} e assim tornar-se também usuária do sistema prisional.

É com esse panorama mais geral, que podemos entender como na cidade de São Paulo foi sendo construída a relação entre o crack e as populações marginalizadas. Tal relação, por sua vez, remete a deslocamentos e trânsitos entre as periferias e essa região central da cidade, numa conjunção específica que tornou possível um espaço público de uso e de venda do produto, inclusive para uma quantidade ainda maior de usuários que compram a pedra mas não permanecem no espaço, utilizando a droga provavelmente em espaço privado. Compreender esse universo não visibilizado de uso seria função para outras etnografias, tais como as realizadas por Jackson-Jacobs³³.

Já a relação entre população excluída e uso de drogas foi sendo desvelada por diferentes contextos etnográficos e, em especial no caso de países como os EUA, onde se registrou os primeiros indícios de expansão do mercado da cocaína sob forma de “crack”. A visibilização dessas populações se relaciona principalmente com a epidemia da Aids. Desde então as etnografias vem trazendo visibilidade às conexões entre pobreza, uso de drogas e a saúde³⁴.

Como bem destaca Epele²⁷ retomando o conceito de Phillipe Bourgois, em sua etnografia já “clássica” sobre os atores sociais envolvidos no uso e venda de crack no Harlem, em Nova York, as etnografias

serviram para fundamentar pesquisas que buscassem reconhecer nos vínculos, dinâmicas e nos modos pelos quais processos macro-sociais, políticos, econômicos se fazem presentes no cotidiano dos setores populares, e dessa forma alargar e complexificar a análise e a compreensão que toma como aspecto central e problemático o uso de uma droga.

Em pesquisa recente, realizada em parceria com o fotógrafo Jeff Schonberg, o antropólogo Phillipe Bourgois³⁵ realizou uma etnografia com homeless usuários de heroína na região de São Francisco, na Califórnia fornecendo em sua introdução um quadro do que seria o envolvimento com o tráfico e consumo de drogas nas franjas da sociedade americana destacando aspectos étnicos e geracionais: jovens brancos, residentes em bairros de famílias empobrecidas, que saem de casa e passam a injetar heroína ou estimulantes presentes em espaços das grandes cidades americanas, mas em grupos ou territórios separadas dos usuários de heroína mais velhos. A influência do “hip-hop” dos anos 2000, marca uma distinção étnica e em suas narrativas e vai desencorajar o uso de drogas injetáveis e o crack, evocando, entretanto, a venda de drogas, como ocupação de grande parte da juventude afro – americana e latina, que assim se torna consumidora de maconha e álcool e vendedora de heroína ou crack nas ruas.

Essa descrição é útil para indagar acerca da inapropriação dos conceitos de “adicação” ou “dependência” mais generalizados no Brasil, na medida em que, como aponta o antropólogo, tais noções se definem a partir de categorias de comportamento moral e discriminatório, posto que referindo o uso abusivo de uma substância como “causadora” de comportamentos sociais “mal adaptativos” que se traduzem em recorrentes problemas legais, ou seja, coloca-se em um mesmo plano, usos, categorias morais e político-institucionais – o que, por sua vez, se choca com o modo como os usuários de heroína por ele etnografados se autodenominam: “righteous dopefiends”, o que poderíamos traduzir aproximadamente por “bons usuários da substância do demônio”. Cabe notar que esta referência também foi encontrada entre os usuários da crackolândia que definiram o crack como a “pedra do demônio” e como “amarga delícia”.

O autor vai ainda além. De certa forma simbolizando uma condição de uso que se vê na prática altamente oprimida por uma estrutura que os exclui e os rejeita, Bourgois ressuscita o sentido

estrutural do lumpen de Marx como uma população vulnerável produzida nos interstícios dos modos de transição da produção, e sem reter seu conteúdo pejorativo e moral, tenta elucidar as relações entre o poder de forças de larga escala e os modos íntimos de ser. Nesse caso específico, tenta entender, de um lado, por que os Estados Unidos, a mais rica nação do mundo e aquela que busca impor sua política antidrogas a todo o globo, são também uma panela de pressão de produzir “viciados” imersos na violência diária; de outro lado, o arguto olhar do etnógrafo não pode deixar de considerar a maneira destrutiva segundo a qual os Edgewaterhomeless administram drogas e a importância da violência e da manipulação nas suas relações pessoais.

Assim, em termos analíticos, se a primeira questão alude à dinâmica de forças estruturais, a segunda levanta o problema da responsabilidade individual ou daquilo que a academia chama de “agência”. Com isso, diz o autor, “nossa teorização do abuso coloca a experiência individual de níveis intoleráveis de sofrimento entre os socialmente vulneráveis (os quais se manifestam muito sob a forma de violência interpessoal e autodestruição) no contexto de forças estruturais (políticas, econômicas, institucionais, culturais) e manifestações incorporadas de aflição (morbidades, dores físicas e ansiedade emocional)” (p. 16). Em outras palavras, argumenta que o sofrimento crônico e cumulativo dos homeless usuários de heroína pode ser mais bem entendido se observado como um fenômeno estruturado politicamente e, ao mesmo tempo, envolto em diversos relacionamentos sociais e pessoais abusivos³⁵ (p. 16).

Nessa direção também encontra-se a etnografia de Maria Epele, “Sujetar por laherida” para o contexto da periferia de Buenos Aires. Ela destaca a categoria “transar” que como um aspecto central das mudanças que passam a ocorrer nos bairros, em um momento de aguda crise econômica da Argentina, com a chegada do “paco” (forma de cocaína mais impura que é fumada) que passa a fazer parte dos usos cotidianos entre os jovens do bairro. Para a autora a oferta da droga vai desenvolver novas desigualdades e assimetrias no contexto dos bairros, no mesmo passo que o uso intensivo causar problemas e mal estar aos corpos dos usuários.

Nesse sentido, ela argumenta que há uma questão mais ampla para além do próprio efeito químico de uma substância, qual seja, o modo como esse efeito químico é modelado pelas dinâmicas sociais²⁷ (p.81). No centro dessas dinâmicas estariam o “transar” ou

“transacionar” que significa as relações que se estabelecem entre o uso, os que vendem a substância e os desarranjos emocionais e corporais que se desenvolvem com esse consumo. Com isso pode-se entender o “transar” como tudo aquilo que é ofertado, oferecido para as populações economicamente marginalizadas, assim como a própria droga: “primeiro a oferecem, depois a vendem”.

Desse modo, os desarranjos causados pela introdução do mercado de drogas potencializam determinadas situações de desigualdades, mal estar, exclusão e outros aspectos vividos por territórios empobrecidos, permitindo que se rompa com uma visão essencialista que coloca as drogas como a causa exclusiva da violência, abstinência, intoxicação e morte. Além disso, os próprios atores sociais passam a reconhecer que o “transar” com as drogas, esse novo negócio que se introduz em suas vidas, é sempre um mal negócio que tarde ou cedo captura, sujeita, empobrece, humilha e que por esse mesmo aspecto obriga o encontro de uma saída.

Feito esse sobrevôo por etnografias que descrevem contextos outros que o aqui enfrentado, buscamos apontar para perspectivas teóricas que articulam questões macro-estruturais, processos econômicos, político-institucionais e categorias morais e que, por serem tão entramados, iluminam as margens e fronteiras entre as ações do Estado e o mundo externo e interno a essas populações. E, igualmente, possibilitam deconstruir o conhecimento produzido em torno de práticas de uso de substâncias consideradas ilegais e assim chamadas de drogas, trazendo à tona o tema da amplitude e complexidade dessa questão quando vista na perspectiva das dinâmicas sociais e cotidianas e da trajetória de vida dessas populações.

Dado que esse texto tem apenas uma pretensão inicial de discutir e de articular etnografias e aporte metodológico para os estudos sobre drogas e populações vulneráveis, visando a formulação de um amplo campo compreensivo e crítico à saúde pública, o que pretendeu-se aqui foi apontar, nessa interface, uma série de outras questões sociais que envolvam a questão: temáticas urbanas, territoriais, expressão das cidades globais contemporâneas e suas intrincadas relações entre o Estado e suas margens, o legal e o ilegal, o ordenamento e o mercado-bazar espontâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Vargas EV (Tese). Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas. Doutorado em

- Ciências Humanas: Sociologia e Política/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2001.
2. Ehrenberg A. Drogues étmédicamentspsychotropes: letrouble de frontièrs. Paris: Éditions Sprit; 1998.
 3. Romani O. Las drogas: sueños y razones. Barcelona: Editorial Ariel; 1999.
 4. Minayo MCS, Deslandes SF. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cad Saúde Públ* 1998; 14(1): 35-42.
 5. Souza MLP, Garnelo L. Desconstruindo o alcoolismo: notas a partir da construção do objeto de pesquisa no contexto indígena. *Ver Latinoam Psicopat Fund* 2006; 9(2): 279-92.
 6. Becker H. Marihuana use and social control. *Social Problems* 1955; 3(1): 35-44.
 7. Becker H. Como se llega a ser fumador de marihuana. Los extraños: sociología de ladesviación. Buenos Aires: Tempo Contemporâneo. 1971 [1963].
 8. Becker H. Consciência, poder e efeito da droga. Uma Teoria da Ação Coletiva. Rio de Janeiro: Zahar; 1977.
 9. Zinberg NE. Heroin use in Vietnam and the United States: a contrast and a critique. *Arch Gen Psychi* 1972; 26(5): 486-8.
 10. Zinberg NE. Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicante use. New Haven: Yale University Press. 1984.
 11. Zinberg NE. Social sanctions and rituals as a basis for drug abuse prevention. *Am J Drug Alcohol Abus* 1975; 2(2): 165-182.
 12. MacRae E, Simões JA. Rodas de fumo, o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador: Edufba; 2000.
 13. Fassin M. Lessens de lasanté: anthropologies politiques de vie. 2005. Disponível em: <http://uqac.ca/jmt-sociologue/>. Acesso em: 20.10.2012.
 14. Magnani JGC. Quando o campo é na cidade. In: Magnani JGC (org.) Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP; 1996. p.1-30
 15. Telles VS. A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal. Belo Horizonte: Fino Traço. 2010.
 16. Raupp LM (Tese). Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: cotidiano, práticas e cuidado. Faculdade de Saúde Pública/USP. 2011.
 17. Frugoli JrH, Spaggiari E. Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no Bairro da Luz. *Pontourbe* 2010; 6. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>. Acesso em 12.09.2012.
 18. Rui T (Tese). Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, Campinas. 2012.
 19. Fonseca C. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. *Teoria e Cultura* 2008; 2(1/2): 39-53.
 20. MacRae E, Vidal S. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. *Ver Antropol* 2006; 49(2): 646-66.
 21. MacRae E. A abordagem etnográfica do uso de drogas. In Mesquita F, Bastos F. (orgs.) Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos. São Paulo: Hucitec; 1994. p. 99-114.
 22. Velho G. Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquias. Rio de Janeiro: FGV; 1998.
 23. Varanda V, Adorno R. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua: um desafio para políticas de saúde. *Saúde Soc* 2004; 13(1): 56-69.
 24. Malvasi P (Tese). Interfaces da vida loka. Um estudo sobre jovens, tráficos de drogas e violência em São Paulo. Faculdade de Saúde Pública/USP. 2012.
 25. Fonseca C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde Soc* 2005; 14(2): 50-9.
 26. Das V, Poole D. Anthropology in the margins of the State. Santa Fé: School of American Research Press/James Currey. 2004.
 27. Epele M. Sujetar por laherida. Paidós: Buenos Aires. 2010.
 28. Marcus G. Identidades passadas, presentes e emergentes requisitos para etnografias para a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Rev Antropol* 1991; 34: 197-201.
 29. Biondi K, Marques A. Memória e historicidade em dois "comandos" prisionais. *Lua Nova* 2010; 79: 235-44.
 30. Epele M. Sobre o cuidado de outros em contextos de pobreza, uso de drogas e marginalização. *Mana* 2012; 18(2): 247-68.
 31. Adorno R. Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos: trajetórias de crianças e jovens nas classes populares. In: Lerner J. (org.) Cidadania, verso e reverso. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997/1998; 1997. p. 93-109.
 32. Feltran GS. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova* 2010; 79: 201-33.
 33. Jackson-Jacobs C. Hard drugs in a soft context: managing trouble and crack use on a college campus. *Soc Quart* 2004; 45(4): 835-56.
 34. Singer M. Aids and the health crisis in the U.S. urban poor. The perspective of critical medical anthropology. *Sci Med* 1994; 39(7): 931-48.
 35. Bourgois P, Schonberg J. Righteous dopenfiend. Berkeley: University of California Press. 2009.